

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 4/2025, DE 13 DE MAIO DE 2025**

*Dispõe sobre a criação e regulamentação da Ouvidoria Parlamentar da Câmara Municipal de Pires do Rio e dá outras providências.*

**A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO, ESTADO DE GOIÁS, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO A PRESENTE RESOLUÇÃO:**

**Art. 1º** Fica criada a Ouvidoria Parlamentar da Câmara Municipal de Pires do Rio, como órgão auxiliar, independente, permanente e com autonomia administrativa e funcional, que tem por objetivo apurar as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos do Poder Legislativo Municipal.

**Art. 2º** Para os efeitos desta Resolução, considera-se:

- I – Usuário: pessoa física ou jurídica que se beneficia ou utiliza dos serviços da Câmara Municipal, efetiva ou potencialmente;
- II – Serviço Público: as atividades administrativas e/ou de prestação de serviços realizadas pela Câmara Municipal;
- III – Agente Público: quem exerce cargo, emprego ou função pública na Câmara Municipal, ainda que transitoriamente ou sem remuneração;
- IV – Manifestações: reclamações, denúncias, sugestões, elogios ou solicitações relativas às atividades da Câmara Municipal;
- V – Reclamação: manifestação de desagrado ou protesto sobre serviço prestado, ação ou omissão da administração ou agente público da Câmara Municipal;
- VI – Denúncia: ato que indica a prática de irregularidade ou de ilícito cuja solução dependa da atuação da Câmara Municipal;
- VII – Sugestão: proposição de ideia ou proposta para melhoria dos serviços e o aprimoramento de políticas prestadas pela Câmara Municipal;

VIII – Elogio: demonstração de reconhecimento ou satisfação com o serviço ou atendimento recebido;

IX – Solicitação: pedido para que a Câmara Municipal adote providências sobre assuntos relacionados à sua área de competência.

**Art. 3º** São atribuições da Ouvidoria Parlamentar:

I – Atuar na defesa dos direitos dos usuários dos serviços da Câmara Municipal, conforme a Lei Federal n. 13.460, de 26 de junho de 2017;

II – Promover a participação dos usuários na administração, em cooperação com outras entidades e órgãos da administração;

III – Propor medidas para sanar violações, ilegalidades ou abusos constatados;

IV – Receber, analisar e responder às manifestações encaminhadas;

V – Encaminhar manifestações às autoridades competentes, solicitando a elas informações e acompanhando seu tratamento e conclusão;

VI – Propor à Mesa Diretora medidas necessárias à regularização dos trabalhos administrativos e legislativos, bem como o aperfeiçoamento da instituição;

VII – Propor à Mesa Diretora a abertura de sindicância ou inquérito destinado a apurar irregularidades de que tenha conhecimento, quando cabível;

VIII – Encaminhar a outros Poderes do Município, Estado, ao Tribunal de Contas do Estado, à Polícia Federal, ao Ministério Público ou a outro órgão competente, as denúncias recebidas que necessitem de esclarecimentos ou sobre as quais devam se manifestar, com a devida subscrição da Presidência da Câmara;

IX – Realizar audiências com segmentos da sociedade civil.

**Art. 4º** Compete à Ouvidoria Parlamentar, no exercício das suas atribuições:

I – Receber, analisar e responder, por meio de mecanismos proativos e reativos, às manifestações dos usuários;

II – Disponibilizar as informações de interesse público;

III – Divulgar seus serviços, quando for pertinente e no que tanger ao seu papel institucional junto à sociedade, durante o Expediente da Sessão Plenária;

IV – Promover o intercâmbio de informações com outras Ouvidorias;

V – Informar o cidadão ou entidade sobre a qual órgão deverá se dirigir, quando a manifestação não for de competência da Ouvidoria Parlamentar;

VI – Auxiliar a Presidência na tomada das medidas necessárias para sanar as violações, as ilegalidades e os abusos constatados, assim como para garantir a regularidade dos trabalhos legislativos e administrativos;

VII – Conhecer as opiniões e necessidades da sociedade para sugerir à Câmara Municipal as mudanças por ela aspiradas.

§ 1º A Ouvidoria deverá apresentar sua resposta conclusiva às manifestações recebidas no prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogável uma única vez, por igual período.

§ 2º É de responsabilidade da Ouvidoria Parlamentar:

a) Participar da elaboração do conteúdo da Carta de Serviços ao Usuário, nos termos previstos na Lei Federal n. 13.460/2017;

b) Realizar a avaliação continuada dos serviços públicos prestados pela Câmara Municipal, com divulgação dos respectivos relatórios e encaminhamento para a Presidência da Câmara, observada a legislação vigente.

**Art. 5º** A Ouvidoria Parlamentar será composta pelo servidor ocupante da função de Assessor de Transparência Institucional, sob coordenação do Ouvidor-Geral, que será designado pela Presidência, dentre os vereadores em exercício.

§ 1º A Presidência poderá designar um vereador como Ouvidor Substituto, que assumirá as funções do Ouvidor-Geral em seus impedimentos e ausências.

§ 2º O período do mandato é de 02 (dois) anos ou até o final de cada biênio.

**Art. 6º** O Ouvidor-Geral, no exercício de suas atribuições, poderá:

I – Requisitar informações ou documentos a qualquer departamento ou servidor da Câmara Municipal;

II – Solicitar a qualquer órgão ou departamento externo informações ou cópias de documentos necessários ao desenvolvimento de suas atribuições, através da Presidência da Câmara.

§ 1º Os departamentos da Câmara Municipal terão prazo de até 20 (vinte) dias para responder às requisições e às solicitações feitas pelo Ouvidor-Geral, prazo este que poderá ser prorrogado, a seu critério, devidamente justificado.

§ 2º O não cumprimento do prazo previsto no §1º será comunicado à Presidência da Câmara Municipal.

**Art. 7º** São atribuições exclusivas do Ouvidor-Geral:

I – Exercer suas funções com independência e autonomia;

II – Recomendar a correção de procedimentos administrativos;

III – Sugerir, quando for cabível, a adoção de providências ou a apuração de atos considerados irregulares ou ilegais;

IV – Determinar, de forma fundamentada, o encerramento de manifestações;

V – Manter sigilo sobre os dados dos usuários dos serviços da Ouvidoria, quando solicitado;

VI – Promover estudos e pesquisas, objetivando o aprimoramento da prestação de serviços da Ouvidoria;

VII – Solicitar à Presidência da Câmara o encaminhamento de procedimentos às autoridades competentes;

VIII – Solicitar informações quanto ao andamento de procedimentos iniciados por ação da Ouvidoria;

IX – Elaborar relatório anual das atividades da Ouvidoria para encaminhamento à Mesa Diretora, disponibilizando-os para conhecimento dos cidadãos;

X – Incentivar e propiciar ao servidor ou servidores da Ouvidoria oportunidades de capacitação e aperfeiçoamento de suas atividades;

XI – Propor à Presidência da Câmara celebração de convênios ou parcerias com entidades afins e de interesse da Ouvidoria;

XII – Propor à Presidência da Câmara a elaboração de palestras, seminários e eventos técnicos com temas relacionados às atividades da Ouvidoria.

*Parágrafo único.* Todos os dados colhidos deverão ser mantidos em sigilo, pelo Ouvidor-Geral, inclusive após do exercício da sua função.

**Art. 8º** A Câmara Municipal garantirá o acesso do cidadão à Ouvidoria por meio dos seguintes canais oficiais:

I – Formulário eletrônico no *site* da Câmara (Ouvidoria ou e-SIC);

II – E-mail institucional da Ouvidoria;

III – Correspondência convencional, devidamente protocolada;

IV – Atendimento presencial.

§ 1º Fica criado o e-mail institucional [ouvidoria@piresdorio.go.leg.br](mailto:ouvidoria@piresdorio.go.leg.br) para todos os efeitos desta Resolução.

§ 2º A manifestação deve conter a identificação do requerente e será dirigida à Ouvidoria Parlamentar.

§ 3º Fica proibida qualquer exigência que inviabilize ou obstrua a apresentação de manifestações perante a Ouvidoria.

§ 4º A manifestação poderá ser feita verbalmente, prevista no inciso IV, hipótese em que deverá ser reduzida a termo.

§ 5º No caso de manifestação por formulário eletrônico, respeitada a legislação específica de sigilo e proteção de dados, a Ouvidoria Parlamentar tem direito de requerer meio de certificação e identidade do usuário.

§ 6º É permitido o recebimento de denúncias que comportem sigilo do denunciante, devendo ser mantida a sua identidade, sob guarda e segredo do Ouvidor-Geral.

§ 7º Quando do recebimento da demanda, será gerado um número de protocolo a ser enviado para o cidadão para acompanhamento do processo de resposta.

§ 8º A Ouvidoria deverá receber, analisar e responder às manifestações de forma clara e objetiva.

**Art. 9º** A Ouvidoria Parlamentar receberá e registrará denúncias anônimas que, pela sua descrição, forneçam indícios de procedência do fato denunciado.

*Parágrafo único.* Caso não haja indícios de procedência do fato denunciado, o Ouvidor-Geral deverá arquivá-la, fundamentando sua decisão, que será lida pelo mesmo durante o Expediente da Sessão Plenária.

**Art. 10.** Quando a manifestação for denúncia, deverá ser encaminhada também para o Controle Interno, para providências.

**Art. 11.** A Presidência da Câmara Municipal assegurará autonomia à Ouvidoria Parlamentar, disponibilizando espaço físico e infraestrutura de apoio necessárias ao exercício das atribuições, mediante apoio administrativo, tecnológico, logístico e operacional necessários ao desempenho de suas atividades.

**Art. 12.** Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO, Plenário**  
**Vereador Libório Silva Neto, em 13 de maio de 2025.**

Vera. **ANA CLÁUDIA SAÊTA**  
Presidente

Ver. **SUBTENENTE LUCIN**  
Vice-Presidente

Ver. **MARQUIM MEGASOM**  
1º Secretário

Ver. **LEANDRO POLONIATO**  
2º Secretário

O presente Projeto tem por finalidade instituir e regulamentar a Ouvidoria Parlamentar como um instrumento permanente de diálogo direto entre o Poder Legislativo e a sociedade, voltado à promoção da transparência, controle social e da melhoria contínua dos serviços prestados pela Câmara Municipal.

A regulamentação da Ouvidoria atende aos princípios da administração pública estabelecidos na Constituição Federal. Ao regulamentar esse espaço de escuta e acolhimento, a Câmara reforça seu compromisso com a escuta ativa da população, fortalecimento da cidadania e combate à desinformação. Além disso, a Ouvidoria atuará de forma independente, com respeito à confidencialidade das manifestações recebidas e à proteção dos direitos do manifestante, garantindo a imparcialidade e a responsabilidade na apuração dos fatos.

Portanto, a implantação da Ouvidoria Parlamentar não apenas moderniza e democratiza a atuação desta Câmara, como também aproxima ainda mais os cidadãos na construção de políticas públicas eficientes e responsáveis.

Diante disso, submetemos o presente Projeto de Resolução à apreciação dos nobres colegas, certos de que a proposta representa um avanço institucional em favor da ética, da transparência e do fortalecimento da democracia local.

**SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO, Plenário**  
**Vereador Libório Silva Neto, em 13 de maio de 2025.**

Vera. **ANA CLÁUDIA SAÊTA**  
Presidente

Ver. **SUBTENENTE LUCIN**  
Vice-Presidente

Ver. **MARQUIM MEGASOM**  
1º Secretário

Ver. **LEANDRO POLONIATO**  
2º Secretário